



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 11

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, n.º I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1966

Aprova o Acôrdo Comercial assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Libéria, em Monróvia, a 13 de maio de 1965.

Art. 1.º É aprovado o Acôrdo Comercial assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Libéria, em Monróvia, a 13 de maio de 1965.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de fevereiro de 1966

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Reuniões preparatórias da 4.ª Sessão legislativa ordinária da 5.ª Legislatura

Faço saber que, de acordo com o disposto no art. 2.º, alínea "d" do Regimento Interno, as reuniões preparatórias da 4.ª sessão legislativa ordinária da 5.ª legislatura, no Senado Federal, terão início no dia 28 do mês em curso, às 14 horas e 30 minutos.

Na primeira reunião dever-se-á eleger o Presidente e na segunda os demais membros da Mesa.

Senado Federal, 10 de fevereiro de 1966

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente no exercício da Presidência, nos termos do art. 47, n.º 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1966

Aposenta Adonias Pedro da Costa, Motorista, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É aposentado, com os vencimentos integrais e a gratificação adicional a que faz jus, nos termos do art. 191, item I, § 3.º da Constituição Federal, combinado com o art. 341, item III, da Resolução n.º 6, de 1960, o Motorista, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Adonias Pedro da Costa.

Senado Federal, em 16 de fevereiro de 1966

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

ATA DA 12.ª SESSÃO, EM 16 DE FEVEREIRO DE 1966

4.ª Sessão Legislativa, Extraordinária da 5.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
José Guilomard

Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Leoni
Zacharias de Assumpção
Eugênio Barros
Siegfriedo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Ruy Carneiro
Domício Gondin
Silvestre Péricles
Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho

Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Miguel Couto
Aurélio Vianna
Milton Campos
Benedicto Valadares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
João Abrahão
Pedro Ludovico
Guido Mondin
Gay da Fonseca

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2.º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, de 11 do mês em curso (remessa de autógrafos de projetos sancionados):

N.º 26 — autógrafos do Projeto de Lei que estende a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Campos e Nova Friburgo;

N.º 27 — autógrafos do Projeto de Lei que retifica, sem ônus para a União, a Lei n.º 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965;

N.º 28 — autógrafos do Projeto de Lei que autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional às entidades que menciona e dá outras providências;

N.º 29 — autógrafos do Projeto de Lei n.º 3.196-D-65, que altera a legis-

lação do imposto de renda, adota diversas medidas de ordem fiscal e fazendas e dá outras providências.

Aviso N.º 139, de 15 do mês em curso, do Sr. Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, nos seguintes termos:

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS

Aviso 139 — Em 15 de fevereiro de 1966.

Senhor Presidente

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência a fim de consultá-lo sobre a possibilidade de passar à disposição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — órgão subordinado a este Ministério *ex vi* do artigo 1.º, letra "c", da Lei n.º 4.344, de 21 de junho de 1964, o funcionário Leonel Amaro de Medeiros, lotado no Serviço de Radiolusão dessa Casa Legislativa.

Ao transmitir a vossa Excelência o pedido da SUDENE, cabe-me esclarecer que a requisição, se autorizada, terá a duração de 1 ano e se processará sem ônus para o Senado Federal.

Agradecendo, desde já, a atenção que Vossa Excelência dispensar ao assunto, sirvo-me do ensejo para renovar-lhe os meus protestos de elevada estima e consideração. — Osvaldo Cordeiro de Tarias.

A Comissão Diretora.

Respostas a pedidos de informações do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

I — do Ministro da Indústria e do Comércio (avisos de 19 do mês em curso):

N.º AP-GM n.º 13, de 1966, com referência ao Requerimento n.º 888, de 1965;

N.º AP-GM 146-66, com referência ao Requerimento n.º 863 de 1965;

AP-GM nº 15-66, com referência ao Requerimento nº 754, de 1965;

II — do Ministro da Agricultura — (aviso de 10 do mês em curso):

Nº 23-AP-Br, com referência ao Requerimento nº 743, de 1965;

Nº 24-AP-Br, com referência ao Requerimento nº 766-65;

Nº 25-AP-Br, com referência ao Requerimento nº 752, de 1965;

Nº 26-AP-Br, com referência ao Requerimento nº 840 de 1965;

Nº 27-AP-Br, com referência ao Requerimento nº 725, de 1965;

III — do Ministro das Minas e Energia (avisos de 14 do mês em curso):

Nº GM-15, de 1965, com referência ao Requerimento nº 771, de 1965;

Nº GM-16, de 1966, com referência ao Requerimento nº 770, de 1965;

IV — do Ministro da Viação e Obras Públicas:

Nº B-78, de 14 do mês em curso, com referência ao Requerimento número 664-65.

PARECERES PARECER

Nº 81, de 1966

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1965, que altera o artigo 22 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

Relator: Senador Aarão Steimbruch.

De autoria do ilustre Senador José Feliciano, o presente projeto determina a inclusão de mais dois parágrafos, que seriam o 4º e o 5º, ao artigo 22 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964 (Lei do Inquilinato), estabelecendo, nos casos em que "o locatário auferir rendimentos, salários, vencimentos ou quaisquer vantagens em moeda estrangeira, ou o seu correspondente a sua conversão em cruzeiro" seja realizado o reajustamento do aluguel ajustado há mais de um ano, "de uma só vez e integralmente, pela correção monetária correspondente à desvalorização da moeda, de acordo com os índices apontados pelo Conselho Nacional de Economia". A vigência desse reajustamento seria a partir de 1º de março de 1965.

2. Afirma o Autor da proposição que "empregados de empresas estrangeiras e funcionários estrangeiros, que servem no Brasil, auferindo rendimentos em moeda estrangeira, devem ter regime especial compatível com as vantagens que auferem, no que se refere ao reajustamento dos aluguéis que pagam".

3. Data venia, discordamos integralmente do nobre Autor. A seguir a sua linha de raciocínio, teríamos que fixar os aluguéis de acordo com os rendimentos dos locatários: para o mesmo tipo de imóvel, haveria aluguéis os mais variados.

4. Não há como criar-se diferença de tratamento no reajustamento dos valores dos aluguéis, simplesmente porque o locatário é estrangeiro. "Todos são iguais perante a lei" é o preceito do § 1º do art. 141 da Constituição.

Dentro dessa linha de raciocínio e para evitar tipo semelhante de discriminação, a própria lei proíbe o pagamento dos aluguéis em moeda que não seja a nacional.

A medida, assim, a nosso ver, é totalmente discriminatória, abrangendo, também, os locatários que perceberem os seus vencimentos ou salários já convertidos em cruzeiros. — Destina-se, dessa forma, especificamente aos estrangeiros residentes no país e aos brasileiros que trabalharem para estrangeiros. Nada há que justifique a adoção de tal medida.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,

Ano Cr\$ 96

Exterior

Ano Cr\$ 133

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39

Ano Cr\$ 76,

Exterior

Ano Cr\$ 108,

— Exceções as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos a preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

5. Diante do exposto, a Comissão de Legislação Social opina pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 10 de fevereiro de 1966. — Vivaldo Lima, Presidente. — Aarão Steimbruch, Relator. — José Guimard. — Atílio Fontana. — Heribaldo Vieira.

PARECER

Nº 82, de 1966

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1965 (nº 237-B-65, na Câmara), que aprova o Protocolo Adicional, assinado no Rio de Janeiro em 16 de dezembro de 1963, Acórdão de Comércio, Pagamento e Cooperação Econômica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Bulgária, de 21 de abril de 1961.

Relator: Senador Vivaldo Lima.

O presente projeto de decreto legislativo aprova o Protocolo Adicional, assinado no Rio de Janeiro em 16 de dezembro de 1963, ao Acórdão de Comércio, Pagamento e Cooperação Econômica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Bulgária, de 21 de abril de 1961.

Visando a melhor adaptar o Acórdão à sistemática de comércio exterior dos países socialistas, bem como dotá-lo da flexibilidade necessária ao aproveitamento do potencial do comércio entre os dois países, que, apesar de ter atingido a US\$ 5.854.147, em 1964, ainda está aquém de suas reais possibilidades, o Protocolo consigna os seguintes pontos:

- a) concessão recíproca do tratamento de nação mais favorecida;
- b) elevação do crédito técnico de US\$ 1.000.000,00 para US\$ 2.000.000,00;
- c) mecanismo para futuros reajustes do crédito técnico, bem como para

liquidação de eventuais excessos sobre ele;

d) garantia para o exercício de atividades comerciais por pessoas jurídicas e físicas de uma parte no território da outra.

Sendo interessantes para ambas as partes, os novos dispositivos criam condições para a exportação, para a Bulgária, de maior quantidade de minério de ferro, manganês, algodão, manufaturados e automóveis.

Dai sermos pela aprovação do projeto de decreto legislativo em questão, na forma em que veio da Câmara dos Deputados.

É o parecer.

Sala das Comissões, 9 de fevereiro de 1966. — Benedito Valadares, Presidente. — Vivaldo Lima, Relator. — José Guimard. — Aarão Steimbruch. — Victorino Freire. — Ruy Carneiro. — José Leite. — Antonio Carlos.

PARECER

Nº 83, de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1965 (nº 237-B-65-Câmara) que aprova o Protocolo Adicional, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1963, ao Acórdão de Comércio, Pagamento e Cooperação Econômica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Bulgária, de 21 de abril de 1961.

Relator: Senador Argemiro Figueiredo.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1965, aprova o Protocolo Adicional, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1963, ao Acórdão de Comércio, Pagamento e Cooperação Econômica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Bulgária, de 21 de abril de 1961.

A matéria vem ao Congresso Nacional por força do que dispõe o art. 66, inciso I, da Constituição da República, que estabelece, como competência exclusiva do Poder Legislativo, a faculdade de resolver definitivamente sobre os tratados e convenções celebrados com os Estados estrangeiros pelo Presidente da República.

A outra Casa do Congresso já aprovou o Protocolo. Submetido agora ao exame do Senado Federal, esta Comissão deplora inicialmente que um assunto de tanta relevância, envolvendo o campo das atribuições privativas do Congresso Nacional, seja tratado com o descaso que se verifica neste processo, em que, como elemento de apreciação, se encontra apenas um avulso originário da Câmara dos Deputados.

Por sua vez, o Relator da matéria naquela Casa, assinala que o processo ali chegou com a Mensagem presidencial em cópia não autenticada nem rubricada e com rasuras não ressaltadas. Seria, portanto, de se devolver o processo ao Itamarati. Não o fazemos, porém, por nos haver chegado a matéria apreciada e julgada pela Câmara dos Deputados, emprestando por essa forma certo cunho de autenticidade ao que se publica no prefalado avulso, que instrui o processo.

Ademais, como se depreende da Mensagem presidencial, trata-se de interesse superior das boas relações comerciais e da amizade entre o nosso País e a República Popular da Bulgária.

Passemos, assim, ao exame do processo.

A 21 de abril de 1961, o Brasil e a Bulgária celebraram o Acórdão de Comércio, Pagamento e Cooperação Econômica, que foi, afinal, ratificado pelo Congresso. Em face das promissoras relações de intercâmbio que se desenvolveram entre os dois países, resolveram as partes contratantes ampliar as normas de entendimentos, através de um pacto adicional ao Acórdão originário, que melhor servisse a demanda dos seus interesses recíprocos.

Realmente, verifica-se, pela exposição constante da Mensagem, que, antes do Acórdão, eram quase nulas as nossas relações comerciais com a Bulgária. Ao passo que, posteriormente à sua celebração, o intercâmbio desenvolveu-se prodigiosamente, atingindo, em 1963, a quase dois milhões de dólares e subindo, em 1964, para mais de cinco milhões de dólares.

Esse impressionante movimento no interesse das duas nações amigas, inspirou os seus governos a celebrarem o Protocolo Adicional do Rio de Janeiro, ampliando as normas de entendimentos. Por essa forma, foram incluídos no texto do Acórdão originário várias inovações fixadas no Protocolo, das quais destacamos as seguintes:

- a) concessão recíproca do tratamento de nação mais favorecida;
- b) elevação do crédito técnico de US\$ 1.000.000,00 para US\$ 2.000.000,00;
- c) mecanismo para futuros reajustes do crédito técnico bem como para liquidação de eventuais excessos sobre os mesmos;
- d) garantia para o exercício de atividades comerciais por pessoas jurídicas e físicas de uma parte no território da outra.

A Comissão de Constituição e Justiça acompanha a posição tomada pela Câmara dos Deputados, aprovando o Protocolo do Rio de Janeiro, através do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1965. E o faz conscientemente — Intercâmbio comercial não pode subordinar-se à marca das ideologias. E o que interessa ao mundo é

a paz universal, que assegure a felicidade de todos os povos.
É o parecer.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 1966. — *Afonso Arinos*, Presidente. — *Argemiro Figueiredo*, Relator. — *Josaphat Marinho*. — *Heribaldo Vieira*. — *Wilson Gonçalves*. — *Bezerra Neto*.

PARECER

Nº 84, de 1966

Da Comissão de Economia sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 54 de 1965 (nº 237-B-65, na Câmara) que aprova o Protocolo Adicional, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1963, ao Acordo de Comércio, Pagamento e Cooperação Econômica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Bulgária de 21 de abril de 1961.

Relator: Senador José Leite.

O Poder Executivo, através de Mensagem 542-65, encaminhou ao Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio, Pagamento e Cooperação Econômica, assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Bulgária, em 21 de abril de 1961.

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara, apreciando a matéria, concluiu pela apresentação do presente projeto.

Segundo se depreende da Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, o protocolo em apreço incorpora ao Acordo "novos dispositivos que o tornam mais flexível e melhor adaptado à sistemática do comércio exterior dos países socialistas..."

O documento em exame acrescenta ao Acordo mais os seguintes pontos:

- 1 — Concessão recíproca de tratamento de nação mais favorecida;
- 2 — Elevação do crédito técnico de US\$ 1.000.000 para US\$ 2.000.000;
- 3 — Mecanismo para futuros reajustes do crédito técnico bem como para liquidação de eventuais excessos sobre o mesmo;
- 4 — Garantia para o exercício de atividades comerciais por pessoas jurídicas e físicas de uma parte no território da outra.

Entendemos que o Protocolo Adicional atende aos interesses do nosso país, que terá inegavelmente suas possibilidades de exportação aumentadas.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 1966. — *José Ermirio*, Presidente. — *José Leite*, Relator. — *Irineu Bornhansen*. — *Bezerra Neto*. — *José Feliciano*.

PARECER

Nº 85, de 1966

Da Comissão de Indústria e Comércio, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1965 (nº 237-B-65 na Câmara), que aprova o Protocolo Adicional, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1963, ao Acordo de Comércio, Pagamento e Cooperação Econômica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Bulgária, de 21 de abril de 1961.

Relator: Senador José Feliciano.

O presente Projeto de Decreto Legislativo visa a aprovar o Protocolo Adicional, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1963, ao Acordo de Comércio, Pagamento e Co-

operação Econômica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Bulgária, de 21 de abril de 1961.

A preocupação e fim principal do Protocolo de que ora nos ocupamos foi incorporar ao Acordo a que se reporta novos dispositivos, objetivando fazê-lo mais flexível e melhor ajustado às atuais contingências do comércio exterior dos países socialistas, cujas características e implicações práticas, como bem refere a Exposição de Motivos do Sr. Ministro das Relações Exteriores, não eram, ao tempo, perfeitamente conhecidas.

As Disposições contidas no texto podem ser assim resumidas:

- a) Concessão recíproca do tratamento de nação mais favorecida;
- b) elevação do crédito técnico de US\$ 1.000.000,00 para US\$ 2.000.000,00;
- c) mecanismo para futuros reajustamentos do crédito técnico, bem como para liquidação de eventuais excessos sobre o mesmo;
- d) garantia para o exercício de atividades comerciais por pessoas jurídicas e físicas de uma parte no território da outra.

Entendemos que esse Adicional favorece ambas as partes, particularmente ao Brasil, pelas perspectivas que lhe abre de aumentar as suas exportações, e nada havendo que, por outros motivos, o desaconselhe, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, em 9 de fevereiro de 1966. — *Barros de Carvalho*, Presidente. — *Jose Feliciano*, Relator. — *Irineu Bornhansen*. — *Atilio Fontana*.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PARECER

Nº 86, de 1966

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1966 (nº 3.372-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República.

Relator: Senador Lobão da Silveira.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1966 (nº 3.372-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para 4 (quatro) empilhadeiras importadas pela Lampport & Holt Navegação S. A.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 1966. — *Sebastião Archer*, Presidente. — *Lobão da Silveira*, Relator. — *Josaphat Marinho*.

ANEXO AO PARECER Nº 86, DE 1966

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 4 de 1966 (nº 3.372-B-65, na Casa de origem).

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para 4 (quatro) empilhadeiras importadas pela Lampport & Holt Navegação S.A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, dispensada a cobertura cambial para 4 (quatro) empilhadeiras importadas pela Lampport & Holt Navegação S.A. conforme licença nº 06-62-2028-2535, da Carteira de Comércio Exterior.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

Nº 87, de 1966

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1966 (nº 3.382-B, de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República.

Relator: Sr. Lobão da Silveira.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara número 5, de 1966 (nº 3.382-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 11.000.000.000 (onze bilhões de cruzeiros) destinado a atender a despesas, de qualquer natureza, do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, e de outras providências.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 1966. — *Sebastião Archer*, Presidente. — *Lobão da Silveira*, Relator. — *Josaphat Marinho*.

ANEXO AO PARECER Nº 87, DE 1966

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1966 (nº 3.382-B, de 1965, na Casa de origem).

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 11.000.000.000 (onze bilhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, e de outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000.000 (onze bilhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, criado pelo Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, e modificado pelo Decreto nº 57.276, de 17 de novembro de 1965, com vigência em 2 (dois) exercícios.

Art. 2º Os encargos decorrentes da aplicação desta lei serão atendidos pela venda de "Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional".

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

Nº 88, de 1966

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 325, de 1965 (nº 3.371-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República.

Relator: Sr. Lobão da Silveira.

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 325, de 1965 (nº 3.371-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo, e de outras providências.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 1966. — *Sebastião Archer*, Presidente. — *Lobão da Silveira*, Relator. — *Josaphat Marinho*.

ANEXO AO PARECER Nº 88, DE 1966

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 325, de 1965 (nº 3.371-B, de 1965, na Casa de origem), que dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e de outras providências.

EMENDA Nº 1

(correspondente à Emenda nº 1-CPE)

Suprimam-se os arts. 5º e 6º e dê-se ao art. 4º a seguinte redação.

"Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas o parágrafo único do art. 23 da Lei nº 4.345, de 26 de janeiro de 1964, e demais disposições em contrário".

PARECER

Nº 89, de 1966

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 326, de 1965 (nº 3.374-B, de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República.

Relator: Sr. Lobão da Silveira.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara número 326, de 1965 (nº 3.374-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 99.807.000 (noventa e nove milhões, oitocentos e sete mil cruzeiros), destinado a atender a despesas que especifica.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 1966. — *Sebastião Archer*, Presidente. — *Lobão da Silveira*, Relator. — *Josaphat Marinho*.

ANEXO AO PARECER Nº 89, DE 1966

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 326, de 1965 (nº 3.374-B, de 1965, na Casa de origem).

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 99.807.000 (noventa e nove milhões, oitocentos e sete mil cruzeiros), destinado a atender a despesas que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 99.807.000 (noventa e nove milhões, oitocentos e sete mil cruzeiros), destinado a atender a despesas de viagem e estada no exterior de representantes daquele Ministério que participaram das Reuniões específicas da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), no exercício de 1965, bem como as decorrentes de convocações que forem feitas ao Brasil, em 1966, por aquela Associação ou outros institutos.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta lei será registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

Nº 90, de 1966

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 331, de 1965 (nº 3.377-B, de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República.

Relator: Sr. Lobão da Silveira.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara número 331, de 1965 (nº 3.377-B-65, na

Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e de consumo materiais importados pela Dominion S.A., destinados à fabricação de café solúvel.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 1966. — *Sebastião Archer*, Presidente. — *Lobão da Silveira*, Relator. — *Josaphat Marinho*.

ANEXO AO PARECER Nº 90, DE 1966

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 331, de 1965 (nº 3.377-B, de 1965, na Casa de origem).

Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais importados pela Dominion S.A., destinados à fabricação de café solúvel.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para os materiais, constantes do Certificado de Cobertura Cambial número 18-65/36810, importados pela Dominion S.A. e destinados à fabricação de café solúvel.

Art. 2º A isenção concedida não abrange material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

Nº 91, de 1966

Redação do vencido para segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1965.

Relator: Lobão da Silveira.

A Comissão apresenta a redação do vencido para segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1965, que dispõe sobre a jornada normal de trabalho dos profissionais de enfermagem.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 1966. — *Sebastião Archer*, Presidente. — *Lobão da Silveira*, Relator. — *Josaphat Marinho*.

ANEXO AO PARECER Nº 91, DE 1966

Redação do vencido para segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1965.

Dispõe sobre a jornada normal de trabalho dos profissionais de enfermagem.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A duração normal do trabalho para os profissionais de enfermagem não excederá de 6 (seis) horas diárias, somente sendo admitida a sua prorrogação nos termos e condições da legislação vigente.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos, apresentados ontem:

Nº 64, do Sr. Senador Josaphat Marinho, ao Ministro da Viação e Obras Públicas;

Nº 65, do Sr. Senador Gilberto Marinho, ao Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Quanto ao de nº 63, do Sr. Senador Júlio Leite, será incluído em Ordem do Dia para deliberação do Plenário, à vista do disposto no art. 45, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levy por cessão do Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, os meus agradecimentos ao nobre Senador Eurico Rezende, pela gentileza de me haver cedido a vez na ordem de inscrição, e ao nobre Senador Aloysio de Carvalho porque, há dias, em conversa comigo, manifestava o seu entusiasmo pelos propósitos do Governo de criar, segundo anuncia, um Ministério específico para os assuntos da Amazônia.

O eminente representante baiano, traz, na sua austeridade, na memória do seu coração, a fascinante Amazônia, de modo que tudo aquilo que se refere à grande região enche-o de entusiasmo e de interesse. Assim, manifestava-me ele o seu aplauso inicial pela idéia que o Governo divulgou, segundo noticiário jornalístico, de criar um Ministério para tratar, exclusivamente, da Amazônia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, embora não conheça, ainda, os planos que envolvem a idéia da criação do Ministério da Amazônia, de início quero, também, manifestar o meu aplauso por tão louvável iniciativa. Realmente, a Amazônia, que na sua configuração legal representa mais da metade do território nacional, precisa de um comando único que possa dirigir e orientar, assistir e planejar todas as atividades que visem o seu desenvolvimento e, assim, o soerguimento social e econômico da vasta planície.

Agora mesmo estamos comprovando, através de informações colhidas e de noticiário dos jornais, a necessidade de um órgão que vele, permanentemente, pelos interesses do grande vale. O *Jornal do Brasil*, de 1 de fevereiro, traz um tópico que, afastadas algumas afirmações que não correspondem à realidade, merece meditação, merece o exame de todos aqueles que desejem a Amazônia realmente integrada na comunidade brasileira. O tópico, sob o título "Amazônia esquecida", diz:

(*Le*):

"Esta coluna teve, recentemente, a oportunidade de ocupar-se do problema da madeira, em que o Brasil perde anualmente milhões de dólares, ou porque não a explora como deveria ou porque permite que a explorem indevida e desastrosamente.

Na Amazônia, o Brasil perde fortunas em dezenas de produtos, todos os dias, simplesmente porque os *amazonenses* só estão interessados em descobrir o Rio, e os outros brasileiros não estão interessados em descobrir o *Amazonia*. No entanto, é difícil falar na potencialidade das riquezas amazônicas sem produzir um lugar-comum.

Agora mesmo, por exemplo, um grupo monopoliza a castanha-do-pará, que produzimos em larga escala, nas terras úmidas do Pará, Amazonas, do Acre e de Rondônia. Manipulando os preços, escravizando o marupiara doente e analfabeto, os homens do monopólio fazem com a nossa castanha dinheiro para gastar em Paris e em Nova York, de onde volta com carregamentos de contrabando, para debilitar ainda mais a combatida economia nacional. O regime de trabalho do homem amazônico é inacreditável: sujeito às mais precárias condições de vida, ele trabalha de sol a sol para garantir as migalhas que alimentarão os filhos franzinos e a mulher magra, amarelada pela febre.

E as autoridades, cheias de planos e projetos, fazem o que podem para desenvolver a região e recuperar o ho-

mem. Mas por que não agem contra o monopólio da castanha? Por que não destroçam os aproveitadores, por que não transformam a castanha num produto útil à vida nacional, incluindo-a no regime alimentar do brasileiro?

O valor protetico de 3 castanhas equivale ao de um bife. O Brasil produz em média, numa boa safra, 3 bilhões de amêndoas (ou o correspondente a 1 bilhão de bifes); a castanha, que é combustível de teor calorífico comparável ao carvão Cardiff, poderia ser, também, aproveitada.

Tudo esse potencial de riqueza passa ao largo do interesse do Brasil; nós não o aproveitamos, ou aproveitamos mal e pouco. No entanto, a castanha-do-pará é apenas uma atividade subsidiária dos seringalistas, já que a borracha tem outro ciclo.

Mas o verdadeiro crime praticado pelo monopólio contra o Brasil consiste em que, dentro das nossas fronteiras, a castanha tem uma cotação; fora delas, a cotação se multiplica pelo dobro e mais.

O Governo do Presidente Castello Branco poderia prestar este inestimável serviço ao País. Poderia, se quisesse, voltar as vistas para as *terras misteriosas* e esquecidas da Amazônia, um Brasil distante, diferente, roubado e aviltado pela ganância dos aventureiros, nacionais e estrangeiros."

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Excia. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Concedo o aparte, com prazer, a V. Excia. Em seguida, desenvolverei alguns comentários sobre esse tópico do "*Jornal do Brasil*".

O Sr. Vivaldo Lima — O meu aparte consiste, justamente, em pequena apreciação quanto ao tópico que V. Excia. acaba de ler. Isto na parte referente ao reconhecimento das intenções aos amazonenses, que se encontram no Rio, visando a descobrir o Rio, enquanto os outros brasileiros não procuram descobrir a Amazônia. Na verdade, o autor do tópico deveria saber que os amazonenses que se encontram no Rio, ou noutros Estados do Centro e do Sul, estão procurando além do mais conhecer aqueles indesejáveis ou impatriotas, que procuram estrangular a economia da Amazônia. Esta, sim, é a descoberta que desejariamos fazer; quais as mentalidades suspeitas que se descaidam de uma região do Setentrão brasileiro tão rica potencialmente e capaz de garantir a sobrevivência da Nação pelos séculos vindouros.

Todos nós, da Amazônia, sentimos que a região foi esquecida, ignorada nas cogitações dos antigos homens públicos do Brasil, dos governantes que passaram. Então, os seus filhos procuraram dirigir-se, encaminhar-se para outros centros. Era o exodo instintivo da gente amazônica para o Sul. Os mais argutos, sobretudo, queriam saber onde se escondiam os que não procuravam redescobrir o grande Vale; levando-lhe braços saudáveis necessários ao desenvolvimento e progresso. Dai ter eu estranhado quando li nesse tópico a referência, com uma pontinha de malícia, atribuindo-nos vida ociosa no Sul do País, esquecidos da terra onde nascemos. De fato, a parte de sua população que pôde emigrar, por intuito de sobrevivência, assiste prazerosamente a mudanças de rumos, que ora se anuncia, com base nas riquezas ainda inexploradas da Amazônia, em termos de cobertura objetiva para desenvolvimento brasileiro. Verificaram, por fim, que não poderá o Brasil sair do subdesenvolvimento se não cuidarem da integração econômica da Amazônia.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Vivaldo Lima, apontei inicialmente a injustiça na maneira de

pensar do articulista, no particular. Ele não mencionou propriamente quais os amazonenses, apenas, generalizando, disse que os amazonenses só estão interessados em descobrir o Rio, querendo talvez significar que certos amazonenses ganham dinheiro facilmente deslocando-se para o Sul, onde usufruem vantagens que as grandes capitais oferecem. Nesse sentido entendi o tópico, mas havia injustiça na apreciação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, afastada a injustiça dessa referência pouco cabível à maneira de ser do povo amazônico, reconhecemos que alguns amazonenses de fato assim procedem. No mais o tópico está baseado na mais segura realidade dos fatos amazônicos. Vemos ainda agora, neste instante, o que se passa com a castanha.

A castanha é um produto excepcional. O brasileiro a desconhece, embora seja ela uma das maiores fontes de vitamina, segundo os especialistas. Por isso mesmo é produto muito procurado na Europa, sobretudo na Inglaterra. No entanto, os homens que constituíram o monopólio da castanha na Amazônia, para a espoliação continuada do caboclo amazonense, estão fazendo — há muito tempo já, segundo informações que tenho colhido e como aqui aponta o articulista — o subfaturamento.

O preço da castanha para os contratos de venda é um, quando na verdade a castanha é vendida por duas ou três vezes mais, como informa o articulista; e o subfaturamento rende milhares de dólares ficam no estrangeiro. Agora, porque a castanha está entregue a um monopólio que espolia cada vez mais o saboclo faminto, miserável, atacado pela verminoso e o impudismo, os responsáveis por esse monopólio alardeiam...

O Sr. José Guionard — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — ... que a castanha é veículo de determinada doença. Possivelmente, pretendem, com isto, desmoralizar o produto e aviltar, cada vez mais, o seu preço, a fim de, vendendo-o, através do subfaturamento, armazenar cada vez mais dólares no estrangeiro.

O Sr. José Guionard — Onde é a sede do monopólio?

O SR. EDMUNDO LEVI — O comentário que estou fazendo em torno do tópico diz o seguinte:

"Mas o verdadeiro crime praticado pelo monopólio..."

Seria em Belém. Mas acredito que lá não está propriamente a sede. Dizem que, em Belém, está localizado um grupo integrante do monopólio. A primeira denúncia a este respeito, tive em Manaus. Divulguei-se que a castanha seria transmissora de uma determinada doença e que estaria, por conseguinte, na iminência de não mais ser comprada na Europa, sobretudo pela Inglaterra, o maior consumidor.

Em verdade, creio que isto representa manobra do grupo monopolista para desmoralizar, ainda mais, o preço. Há verdadeiro temor, por parte dos comerciantes e exploradores da castanha, em denunciarem o que ocorre, em virtude do estrangulamento que sofrerão.

O Sr. José Guionard — Se bem entendi V. Exa., o monopólio é internacional.

O SR. EDMUNDO LEVI — Acredito que seja dirigido pelos próprios importadores. A castanha só é produzida no Brasil. Se tivermos medidas de defesa suficientes, não estaremos sujeitos a esse monopólio. Desde já, faz-se necessária a ação do Ministério das Relações Exteriores, conjugadamente com o órgão de Defesa

Sanitária Vegetal, no sentido de desfazer a baleia de que a castanha é transmissora de determinada doença.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. outro aparte? (Assentimento do orador) — No artigo lido anteriormente por V. Exa. há um trecho muito interessante que constitui uma resposta ao que foi afirmado: mostra, ao contrário, que a castanha tem grandes virtudes alimentares.

Logo, a imputação de produto pernicioso, inconveniente ao importador, porque transmite uma praga, é falsa. Quando muito poder-se-ia admitir em alguma circunstância a existência de praga inofensiva no invólucro da castanha, coisa facilmente sanada com os recursos atuais, ou, então, promovendo sua exportação devidamente descascada. Assim, generalizando-se a condenação, é ação criminosa contra uma riqueza da Amazônia. Para tanto, é preciso muita coragem, mas os amazonenses, em particular, estão cada vez mais atentos, na defesa dos bens com que a natureza dotou o seu território natal.

O SR. EDMUNDO LEVI — Os apêndices dos nobres Senadores José Guimard e Vivaldo Lima ajudam-me a desenvolver os comentários a respeito do tópico, muito oportuno, do "Jornal do Brasil". Diz:

O valor proteico de 3 castanhas equivale ao de um bife. O Brasil produz em média, numa boa safra, 3 bilhões de amêndoas (ou o correspondente a 1 bilhão de bifês); a casca, que é combustível de teor calorífico comparável ao carvão Cardiff, poderia ser, também, aproveitada.

A casca é, hoje, matéria essencial e grande de emprego, segundo me informaram em Manaus, na fabricação de matéria plástica. A Alemanha estaria interessada em importar castanha com casca, porque, podendo ser empregada como combustível, tem, ainda, grande aplicação naquela outra utilidade.

O nobre Senador Vivaldo Lima, e o nobre Senador José Guimard que põe as suas virtudes a de General do nosso Exército, sabem, perfeitamente quão útil seria que, nos quartéis das nossas Forças Armadas, em navios de guerra, onde quer que houvesse tropas e, também, na merenda escolar, se incluisse a castanha como alimento pelo menos no desjejum. Muito ganharíamos então nossos conscritos e os nossos escolares, com a consequente melhoria de saúde e robustez.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exa. mais um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. José Guimard — Com referência ao que V. Exa. acaba de dizer, muitas tentativas já foram feitas. Ocorre, porém, um fenômeno que V. Exa. deve fixar bem. A castanha é produto nobre demais para o povo brasileiro. Nós a produzimos, mas quem melhor a aproveitou é o norteamericano e o inglês. Quero que V. Exa. observe uma coisa interessante neste problema. Não é devido ao preço comercial da castanha — e aí não me refiro à denúncia que V. Exa. fez sobre o monopólio — que ocorre tal fenômeno. A verdade é que o preço da castanha impede, de certa maneira, que o povo brasileiro aprenda a comê-la. Quem come castanha do Pará é o norteamericano e o inglês. Quero crer — como já disse — que o fato ocorre devido ao preço.

O SR. EDMUNDO LEVI — Talvez, o preço influa, nobre Senador, mas creio que muito mais a falta de divulgação, de orientação sobre o que representa a castanha no cardápio, na dieta do povo brasileiro. Quando o Governo brasileiro começar a perceber que o povo que se alimenta mal

tem que viver mal, é fraco, fará então o que o estrangeiro faz; comprará castanha para a sua introdução na dieta dos soldados e escolares. E toda a população se acostumará a comer castanha, alimentando-se, deste modo, melhor.

Quanto ao aspecto a que V. Exa. se referiu de um excesso de nobreza do produto que não permitiria a nós, povo brasileiro; plebeu, usá-lo, prova talvez a desorientação; se o preço é excessivo, como diz V. Exa., o é aparentemente, porque, na realidade, desde que apenas três castanhas (representariam talvez trinta gramas) constituem alimento equivalente a um bife de 300 gramas, então esse alimento não seria caro demais.

Aquilo que parece excessivo pelo preço, na realidade se tornaria mais equitativo, mais barato, porque, comendo menor quantidade, maior seria a possibilidade de alimentação do povo e menor seria o dispêndio.

O Sr. Vivaldo Lima — Permita-me o nobre orador mais um aparte, já que o assunto que V. Exa. aborda naturalmente provoca ao debate os homens de sua terra e da Amazônia em geral. A castanha tem virtudes que V. Exa. acaba de ressaltar ao Senador através desse magnífico tópico. O Senador José Guimard falou em produto nobre que não estaria ao alcance de nossa população, que não tem maiores recursos para adquiri-la. No entanto, nós — importantes oleaginosos para serem consumidos pelo povo brasileiro, especialmente na época de Natal, tais como nozes, amêndoas e castanhas de Portugal. Quanto à castanha do Pará, disso ninguém se lembra.

Indo mais além V. Exa. falou que a Alemanha está encontrando grandes utilidades na castanha, e até na sua própria casca. Agora procuram dizer, no entanto, que ela é maléfica, visto como a sua casca é veículo de praga danosa aos países importadores, o que não me parece motivo realmente relevante ou sério, a ponto de prejudicar a exportação de um dos produtos básicos da economia amazônica.

O Sr. José Guimard — Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. José Guimard — Nobre Senador Edmundo Levi, referiu-se o nobre Senador Vivaldo Lima a frase que empreguei dizendo que a Castanha do Pará é produto nobre e eu queria provar isto em contra-aparte ao que S. Exa. acaba de dizer. S. Exa. não ignora que importamos oleaginosos da Europa sobretudo no Natal. Todavia, apesar de importados da Europa saem mais baratos do que a nossa Castanha do Pará. Creio que V. Exa. se se detiver na observação do preço da Castanha do Pará e a portuguesa, quando digo Pará quer dizer Acre, Amazonas tudo é a mesma coisa, embora seja melhor o preço também é muito maior. De maneira que é para o povo brasileiro produto nobre.

O Sr. Vivaldo Lima — São as tradições que a nossa terra oferece.

O Sr. Lobão da Silveira — V. Exa. tem inteira razão na explicação que faz em defesa da Castanha do Pará. Na época da guerra enquanto os brasileiros padeciam fome a Castanha era atirada ao lixo por imprestável. Quem faz a maior propaganda da Castanha do Pará são os Estados Unidos da América do Norte onde há publicações feitas e distribuídas em larga circulação mostrando doces, confeitos que se podem fazer com a castanha do Pará.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito agradeço ao nobre Senador.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. pode me honrar com um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — V. Exa. me honra.

O Sr. Eurico Rezende — Não estou solicitando aparte em termos de barganha por ter cedido minha inscrição a V. Exa.

O SR. EDMUNDO LEVI — Já agradeço a sua generosidade.

O Sr. Eurico Rezende — Desejo penetrar também na faixa das oleaginosas.

O SR. EDMUNDO LEVI — Sempre bem-vindo V. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — A Casa está ouvindo com a atenção costumeira o discurso de V. Exa. cuja tônica manifesta os interesses fundamentais da Amazônia...

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito obrigado.

O Sr. Eurico Rezende — ... e, por um egoísmo muito justificável, principalmente do Amazonas. E vejo que V. Exa., com a elegância que caracteriza a sua conduta parlamentar faz críticas às administrações passadas em termos federais e estaduais que não souberam compreender e atender ao desafio centenário daquela região. Ali estão os seus problemas, ali estão as suas necessidades e por ali sempre esteve a sombra do indiferentismo dos governos anteriores que nada fizeram pelo seu Estado. Estado que em matéria de taxas de energização é o mais favelado do país. Não tem um por cento da capacidade energética instalada no Brasil. Estado que, em matéria de escolarização primária, oferece o déficit mais espantoso, como salientou o eminente Senador José Guimard, tem potencialidades econômicas admiráveis mas não merece a proteção administrativa adequada visando a sua exploração. Então, esse desafio ainda continua. Mas, confesso que em virtude de discurso recém-pronunciado nesta Casa pelo eminente Senador Vivaldo Lima, eu me encontro num regime de perplexidade porque V. Exa. aponta implicitamente o Governo Estadual como incapaz de um assessoramento adequado e de uma cirurgia conveniente para atender aos problemas daquela região. No entanto, o ilustre Senador Vivaldo Lima defendeu, há poucos dias, as excelências da administração do Governador Arthur Reis. De modo que gostaria que, ao revés dessa perplexidade, de rasgar de seda que vem caracterizando a interlocução dos eminentes Senadores que V. Exas. esclarecessem a Casa se, realmente, o Governador Arthur Reis está trabalhando com mão diurna e mão noturna, em benefício da Amazônia, como salienta o nobre Senador Vivaldo Lima; se realmente não estiver trabalhando, V. Exa. contará com o meu apoio e a minha solidariedade às críticas que está formulando; se estiver realmente dinâmico, atuante, em obsequio da solução dos problemas que afligem o Estado do Amazonas, pertilharei os meus louvores à defesa admirável que o nobre Senador Vivaldo Lima fez, aqui, do Governador Arthur Reis. No que tange ao Governo Federal, se V. Exa. consultar as verbas orçamentárias e extra-orçamentárias, e os recursos financeiros e técnicos destinados à Amazônia, há de convir comigo em que a revolução democrática, pela sua atuação e adoção das medidas e providências que vem adotando, até aqui, está enfrentando victoriosamente a primeira etapa da redenção daquela rica e longínqua região.

O Sr. Vivaldo Lima — Nobre Senador Edmundo Levi, antes de V. Exa. responder ac. aparte do nobre Senador Eurico Rezende, permita-me esta leve interrupção como que em contra-aparte a S. Exa. uma vez que fui citado nominalmente.

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exa. não poderia ficar apenas no monólogo do seu discurso, teve de aceitar o debate dentro da maior elevação possível. Mas até este momento não se fez nenhuma referência a governos de Estado, ou da República. Esses problemas da Amazônia são velhos, seculares, sempre foram tema de todas as representações em todas as legislaturas do Brasil monárquico ou republicano. As regiões desprezadas sempre se fizeram ouvir, em suas queixas, através das suas próprias vozes. Ainda há poucos dias, ouvimos a voz do representante do Rio Grande do Sul, o nobre Senador Guido Mondin, a esta altura da vida administrativa do País, reclamando soluções de problemas do seu Estado. O País é imenso e parece que contra ele conspira sua própria expansão territorial. O Amazonas, sobretudo, é extenso e grande demais para uma população de pouco mais de 800 mil almas. Seus problemas são crônicos, antigos, sempre a exigir, ao menos, soluções compatíveis com a sobrevivência de suas laboriosas e resignadas populações. De maneira que um governante atual, de pouco mais de dois anos, parece-me que não poderia ser responsabilizado por uma situação incômoda e indesejável, como a que se nota de um modo geral. Assim, o aparte do meu amigo e brilhante Vice-Líder do Governo nesta Casa, parece-me não ter pertinência, podendo, ao revés, desvirtuar o estilo em que se está mantendo a discussão em torno da matéria. Isso é o que poderia ponderar ao nobre Senador Eurico Rezende, a fim de que concorra com os seus reconhecidos dotes de inteligência para um diálogo franco e positivo desses problemas regionais, fora da política partidária.

O Sr. Eurico Rezende — O nobre orador vai-me permitir: chamado ao debate outra vez, como se outras tantas não bastassem, pelo eminente Senador Vivaldo Lima, devo responder a esta réplica de S. Exa. E o ilustre Senador Edmundo Levi, quando descejar, pode solicitar apêndices que nós o concederemos. (Riso.) A tese do nobre Senador Vivaldo Lima é, data vênia, errada e contraditória. Se os problemas da Amazônia são mais velhos do que a Sé de Braga — eu havia falado em problemas contemporâneos: S. Exa. deu à classificação um caráter superavituário; colocou problemas seculares — quer dizer que os Governos não prestam. Não prestam. Não se pode, num Congresso, atacar problemas, sem criticar a omissão dos Governos. De modo que eu gostaria que se completasse o debate. Não é apontar só as as maldições dos problemas, mas apontar também a incapacidade dos governos. De minha parte já apontei que o esforço orçamentário e técnico do atual Governo tem-se verificado em termos auspiciosos — isto aliás tem sido reconhecido pelo ilustre Senador Vivaldo Lima...

O Sr. Vivaldo Lima — Faço justiça a V. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — ... o que não é porém reconhecido pelo nobre Senador Edmundo Levi. Dai eu estranhar que, no instante em que o ilustre Representante da Oposição nesta Casa do MDE, Senador Edmundo Levi, falando sobre o problema, critica implicitamente o Governo estadual e o federal, não encontro de parte de um ilustre representante da jovem ARENA nesta Casa de logo o tróco devido a essas assacadihas a essas críticas. A minha estranheza é apenas esta. No mais não desejo absolutamente adiantar a economia política interna lá da Amazônia. De modo que gostaria que, ao lado dos problemas, o eminente Senador Edmundo Levi colocasse a omissão do Governo e, ao lado dos problemas, o Senador Vivaldo Lima apontasse as

coluções governamentais. Se não será apenas um monólogo, o debate será apenas aparente.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Josaphat Marinho — O nobre Senador Eurico Rezende ainda não compreendeu que a ARENA só quer a santa paz do Governo. (Riso.)

O SR. EDMUNDO LEVI — Agradeço os apertes dos eminentes Senadores que tão gentilmente vêm abri-lhant as palavras que estou pronunciando em torno da Amazônia.

O nobre Senador Eurico Rezende é homem habituado à tribuna do júri, está sempre disposto a acusar ou defender — é velho hábito de advogado criminalista.

Não estou aqui acusando nem defendendo, estou expondo problemas e chamando a atenção dos responsáveis. Não aponte responsabilidades porque estou fazendo não um diagnóstico, mas uma exposição.

O grande Euclides da Cunha, num de seus trabalhos sobre a Amazônia, estudando o que tem sido a atividade do homem naquela região, esculpiu uma frase que bem lembra aquela outra que o Dante imortal encontrou no pórtico do Inferno.

Diz Euclides da Cunha, examinando o procedimento do homem na Amazônia: "vai-se de um a outro século, na natural mesmice das renitentes tentativas abortadas."

As tentativas na Amazônia, através da sua história, têm sido inúmeras e todas abordadas não exclusivamente por culpa de governantes, não unicamente por culpa dos empreendedores, mas por uma série de fatores que estrangulam a ação do homem, se conjugam de tal maneira que anulam e torriam, na verdade, tentativas abordadas todos os esperançosos empreendimentos.

O Sr. José Guimard — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Oportunamente, darei o aparte a V. Exa. O homem amazônico tem sido sobretudo um teimoso. Quando a Amazônia se constituiu na maior fonte de divisas para o Tesouro Público Nacional, o Brasil tinha suas vistas voltadas para aquela região. Não para ajudá-la, mas apenas para colher as vantagens do Fisco. Hoje a Amazônia é falada, é citada constantemente apenas, no relâmbro da frase de Humboldt, de que "a Amazônia é o futuro celeiro do mundo". Intento — e todos desejamos — a Amazônia integrada no Brasil. Já passamos aquela fase, a Amazônia da atualidade. Ou tomamos conta da Amazônia dando-lhe o Brasil assistência que merece ou, então, a perderemos, pois haverá uma espécie de desapropriação por utilidade pública internacional.

Concedo o aparte com prazer, nobre Senador José Guimard.

O Sr. José Guimard — V. Exa. tem toda a razão. As autoridades que citou há muitos anos, séculos mesmo, que batem na tecla dos grandes problemas da Amazônia.

Há mesmo que considerar e repetir, dar ênfase ao que diz V. Exa., porque desde o tempo colônia, Portugal mandava para a Amazônia os melhores homens de que se dispunha. V. Exa. deve estar lembrado que o Marquês de Pombal enviou o seu próprio irmão como capitão-general para a então Província do Grão Pará, de que fazia parte o Estado de V. Exa. Portanto, os problemas são maiores que o homem da Amazônia.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muitas das iniciativas hoje na Amazônia ainda datam do tempo da Colônia. Na Região do Rio Branco, os rebanhos que

lá estão descendem dos que foram levados por Lobo D'Almada — que organizou fazendas. Ainda vivem mas fenecem dia a dia por falta de renovação. Não aponto apenas o descaso dos Governadores locais. O próprio governo federal não tem demonstrado o interesse preciso pela Região; e a Amazônia abandonada tem sido palco de ação predatória, tão-somente. Não há um trabalho racional na exploração dos seringaais, onde o homem trabalha sem condições humanas, como um pária indiano, chupado pelos carapás, roído pela verminose, devorado pelos jacarés, devorado pelas onças, trágado pela sucuriú, completamente abandonado sem qualquer assistência médica.

Mesmo abandonado, o homem da Amazônia é um teimoso e, sobretudo, um patriota. Na sua amarelidão provocada pela verminose e pelo impaludismo — já o disse — no centro da floresta, forma como que dois trapos da bandeira brasileira atestando ao mundo a sua existência. Daí por que nós, da Amazônia, estamos aqui constantemente lutando; não acusando; apenas, solicitando, como é de nosso hábito, demonstrando que o homem amazônico não é agressivo; é um homem de mentalidade filosófica, habituado à planície, aos rios sem cachoeiras, aos rios que deslizam suavemente, ao balancear da floresta; forma a sua alma sem odiosidade, e em vez de impor, de gritar, de exigir, pede aos seus irmãos, pede o amparo e o reconhecimento também como irmão.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com muito prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Nobre compatriota da Amazônia, não vislumbrei na palavra de V. Exa. qualquer fixação de período de governo nas considerações que V. Exa. está fazendo. Está V. Exa. versando o assunto em termos gerais, sem focalizar épocas ou responsabilidades. V. Exa. como eu, já encanecidos, vivemos da triste época de pobreza do Amazonas quando só víamos e sentíamos os sofrimentos de contemporâneos, porque deles compartilhamos. Daí não pode situar nem ao menos mencionar nome de governantes passados que, talvez, tenham concorrido, involuntariamente, para a decadência daquela região. Daí o nosso diálogo em nível alto, para que, nesta arena política da Nação, em que, possivelmente, adiante, vamos debater assuntos, às vezes até como gladiadores, do maior interesse para a nossa região e da própria nacionalidade, em tudo, superiormente se encontram soluções capazes de atender aos reclamos legítimos do povo brasileiro. Trouxe aqui, como V. Exa. fez, também uns recortes. Estamos numa semana em que os cortes de costura se encarregam hoje de fazer fantasias para a próxima semana do Carnaval, na verdade, os momentos da maior alegria do povo brasileiro;

Agora, estamos com recortes sobre esta bancada para formular discursos em favor da nossa Pátria, pela qual somos responsáveis em termos de futuro grandioso. Como homens da geração atual, temos de dar às gerações vindouras, um Brasil melhor para o que temos de debater seus problemas com seriedade e compreensão, a fim de que possamos sair do profundo des-nivelamento em que nos colocamos como nação frente à co-irmã estadunidense, quase da mesma idade, hoje, até a maior e mais poderosa do mundo. Enquanto uma prospera aceleradamente, a outra estagnou. Mas, o nosso bravo povo compreendeu que é chegado o momento de fazê-la ressurgir como potência sul-americana e, para tal, é que estamos aqui para encaminhar os seus problemas com dignidade, elevação e ânimo construtivo.

O SR. EDMUNDO LEVI — Agradeço o valioso apoio de V. Exa. à minha manifestação.

Encerrando o assunto castanha, quero referir-me ao Governo. Apelo aos órgãos responsáveis, para que investiguem o que se passa realmente sobre a propalada transmissão de doença por meio da castanha a fim de que o caboclo, que vive nos castanhais, não seja mais espoliado pelo avilamento do preço do produto de que depende para sobreviver. Se se diz que a castanha transmite doença, e só agora aparece a acusação ao extraordinário produto da nossa região, por certo não é outro o objetivo senão fazer cair sobre a região amazônica mais uma tremenda desgraça afastando do mercado, ou reduzindo a preços vis, um dos produtos vitais da sua economia. A castanha, como sabe V. Exa., é exportada desidratada e tratada e embalada em condições de não oferecer esse perigo. Faz-se necessário que o Governo Federal, através dos órgãos competentes e em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores, tom providências para desfazer esta acusação contra a própria Amazônia.

Mas não é, só sobre a castanha que se manifesta a ação nefasta do monopólio que estaria operando na Amazônia; age agora sobre outro produto — a sorva —, também extraído da floresta e de grande cotação no mercado internacional. Há firmas que são suas compradoras permanentes e arunciam, sempre quando estão interessadas, preços fixos para dois ou três anos, à base da cotação internacional. Depois, quando têm conhecimento da safra já armazenada, ou melhor, amontoad no interior, começam uma campanha de descrédito e de nezaças na aquisição, a fim de reduzir cada vez mais o preço.

E' o caso agora da sorva. Quando o dólar estava a Cr\$ 1.850 — a sorva bruta, não ao lavada — era adquirida em Manaus, a 22 centavos a libra-peso; o que dava, portanto, uma média de Cr\$ 1.090 o quilo.

O comprador pagava ao produtor 480 cruzeiros, livres de impostos.

O dólar subiu; maior quantidade de cruzeiros passou a ser usada para se adquirir um dólar. Natural, portanto que esses centavos de dólar americano também produzissem maior quantidade de cruzeiros. Entretanto, o que vimos? A sorva passou a ser paga imediatamente a Cr\$ 380 o quilo, com cinco e até dez por cento de tara. Quando o dólar passou a dois mil e duzentos e dez cruzeiros, a sorva que era comprada, a dólar de um mil e oitocentos e cinquenta cruzeiros, por 480 cruzeiros, passou a trezentos e oitenta. Houve, portanto, um rebaixamento.

Passaram a exigir a sorva lavada, que é paga a cinquenta e três centavos por libra-peso, dando, por conseguinte por quilo, mais ou menos, dois mil e seiscentos e trinta cruzeiros. E, assim, ela passou a ser paga a trezentos e oitenta cruzeiros.

Recentemente, entretanto, não sei se por força de pressão do próprio Governo ou em face de retraimento do produtor, voltaram a pagar quatrocentos e oitenta cruzeiros, mas tirando sempre a tara de cinco, até dez por cento.

Estabeleceu-se, em monopólio porque somente a sorva lavada, por determinado processo é comprada. Todos os compradores foram afastados e, atualmente, só uma ou duas firmas com ela negociam. Foi excluída a competição que ajuda o caboclo; foi excluída a possibilidade de melhoria de preços para o produto do homem que trabalha na produção da sorva.

O Sr. Vivaldo Lima — Neste momento V. Exa. está fazendo justiça ao Governo. Revela que houve, contraditoriamente, uma baixa na cotação da sorva, quer lavada, quer natural, mas que depois ela voltou a seu preço antigo. Naturalmente, obviamente, deveria sofrer uma correção;

uma vez que o dólar elevou o preço, deveria sofrer aumento correspondente. Neste particular, estaria de acordo com V. Exa., de que a política econômica federal, deveria dirigir-se nesse sentido, em termos da nova cotação do dólar.

O SR. EDMUNDO LEVI — Não estou fazendo justiça ou injustiça ao Governo, nobre Senador; disse: eu não sei sob qual influência voltaram a pagar os 480 cruzeiros que pagavam quando o dólar custava 1.850 cruzeiros. Não sei se terá sido ação do Governo ou em razão do próprio retraimento do produtor; talvez a lei da oferta e da procura, apenas.

Se na verdade pagassem o que deveriam pagar, a sorva estaria hoje pelo menos a 580 cruzeiros.

O Sr. Vivaldo Lima — C que seria de desejar para a nossa região.

O SR. EDMUNDO LEVI — E outro aspecto que precisa ser visto pelos órgãos responsáveis, a fim de que a Amazônia não decaia cada vez mais. Há ainda um terceiro produto de que desejo tratar: a juta. E aqui mencionarei, em verdade, o Governo.

O Amazonas — não falo na Amazônia — produziu, em 1965, cerca de 34 mil toneladas de juta. Entretanto, neste ano, pelo descaso dos órgãos do Governo federal, a queda que se espera na produção é da ordem de 40%. Ao mesmo tempo que acuso o Governo federal faço justiça, no particular, ao Governo do Estado, porque, como sabe V. Exa., não faço oposição cega, não faço oposição sistemática. Minha oposição é a de dizer a verdade, a favor ou contra, e doa a quem doer. O Governo do Estado, no particular, procurou corrigir os erros do federal. Mandou adquirir sementes, financiou o próprio plantador, a fim de que pudesse semear seus campos.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite-me V. Exa. um aparte? Gostaria que V. Exa. fosse mais preciso, com a devida vênia.

O SR. EDMUNDO LEVI — Mas, infelizmente, as sementes adquiridas eram velhas. Talvez menos de 30% tenham germinado. Daí o próprio esforço do Governo estadual também não ter surtido efeito, como todos nós desejamos. Faça-lhe justiça. Não estou louvando a pessoa do Governador, pois sabe V. Exa. que não apoio um arbitrário; mas quando atua S. Exa. em defesa da coletividade, então reconheço que está cumprindo seu dever, função precípua de um Governador.

Dou o aparte a V. Exa., Senador Vivaldo Lima.

O Sr. Vivaldo Lima — Gostaria que V. Exa. especificamente endereçasse suas censuras ao setor do Governo Federal culpado pela omissão ou negligência verificada, não destinando ao Estado a quota de sementes que anualmente lhe é atribuída para a produção necessária da juta. Assim procedendo, com a devida isenção daria a V. Exa. que as endereçasse ao Ministério da Agricultura, setor ao qual está afeto esse crucial problema.

O SR. EDMUNDO LEVI — Não preciso que eu citasse o nome do órgão; como representante da Amazônia e do Brasil, V. Exa. sabe qual seria o órgão a que eu me refiro. Mas quando menciono o Governo Federal é porque o Governo é uma unidade, é um todo. Dentro da sua multiplicidade, há sempre o responsável. O Governo Federal; quando o Instituto Agrônomo do Norte age na Amazônia, ou o Ministério da Agricultura, através das Inspetorias Regionais, é o Governo Federal que está presente na Amazônia, por intermédio daqueles órgãos.

O Sr. Vivaldo Lima — Permita-me V. Exa. mais um reparo. Falei a respeito em 1952, 53 e 54, quando me

atirei da tribuna do Senado contra o Instituto Agrônomo do Norte. E quem era o Presidente da República naquela época? Apenas o Sr. Getúlio Vargas, Chefe do meu Partido, e, no entanto, da tribuna do Senado lancei-me contra os órgãos governamentais específicos denunciando-os ao Presidente da República com a veemência e revolta que a situação exigia. Não preciso dizer que as providências cabíveis foram imediatamente determinadas, aliás de modo radical.

O SR. EDMUNDO LEVI — V. Ex.^a acha que prestou, naquela ocasião, inestimáveis serviços, embora haja quem conteste.

Quero-me prender, apenas, à atualidade. Quando digo Governo Federal, estou-me referindo aos órgãos que em nome do governo federal agem na Amazônia e têm função específica sobre a produção vegetal.

Ou o Instituto Agrônomo do Norte, ou as Inspetorias Regionais do Ministério da Agricultura têm obrigação de dar assistência e orientar o trabalhador da região.

O Sr. Vivaldo Lima — Tenho a certeza plena e absoluta de que o apelo que V. Ex.^a está fazendo, e o faz com elegância e compreensão ao Governo Federal, isso sim, através de seus altos escalões, ou, até, do mais alto escalão, encontrará a devida acolhida e as prontas medidas sanadoras.

O SR. EDMUNDO LEVI — A juta representa, hoje, para toda a Amazônia e, sobretudo, para o Amazonas, talvez a segunda fonte de riqueza da região, e, se bem assistida representará alavanca da redenção regional. Basta que se diga que um despacho de cem toneladas, segundo um despacho da cidade de Parintins, tem que pagar de impostos dezesseis milhões, seiscentos e quarenta mil cruzeiros. Vejam V. Ex.^{as}, quão importante é a influência da cultura da juta na Amazônia. Se dermos a assistência desejada, se ajudarmos a industrialização da juta na própria Amazônia, estaremos hematizando a economia regional, injetando sangue novo no organismo econômico da grande Planície. Atualmente, vendemos a juta bruta, prensada, à média de oitocentos cruzeiros o quilo, enquanto a industrializada, em forma de tela para sacaria, é vendida a Cr\$ 2.200 o quilo.

Se o Governo facilitar a montagem de fábricas de fiação de juta na região, estaremos, sem necessidade de recorrer ao Orçamento da União, levando recursos para a Amazônia, em prol do rejuvenescimento da sua economia, proporcionando à população amazônica novo ânimo para o seu desenvolvimento e a correspondente paga pelo seu sacrifício.

Encerrando estas minhas considerações, quero dizer o motivo por que me referi inicialmente à notícia que me transmitiu o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

A Amazônia tem sido olhada displicentemente, apenas curiosamente.

O Sr. Aloysio de Carvalho — A notícia que lhe dei não foi obtida de fontes oficiais, mas através de jornais.

O SR. EDMUNDO LEVI — Exatamente. Ressaltei essa circunstância no meu discurso.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Aliás, recebi a notícia com grande entusiasmo.

O S. EDMUNDO LEVI — Sou entusiasta da criação de um Ministério para a Amazônia, não para que seja puramente burocrático, mas para agir diretamente, inclusive mediante acordo com os mais Ministérios, absorver a ação desses departamentos gover-

namentais na Amazônia, de sorte a que tenhamos um comando único para as iniciativas e uma responsabilidade unificada para a ação dos homens e do Governo, na Amazônia.

Sr. Presidente, fazendo essas considerações em torno do oportuno tópico do *Jornal do Brasil*, quero formular um apelo: encare o Governo o problema da Amazônia como realmente da Pátria irmã e eterna, porque se não cuidarmos dele seriamente, patrioticamente, amanhã teremos que chorar lágrimas irreparáveis pela perda da Amazônia já que o mundo não sofrerá outra guerra por espaço vital. Teremos, no entretanto, de ideologias a que assistimos, uma desapropriação internacional por não termos sabido ser dignos de possuir aquela imensa região. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o tema desta intervenção não é o que possa parecer à primeira impressão. Não viria falar sobre arte no plenário do Senado, que não me parece, a rigor, muito adequado a esse debate, particularmente no que fatalmente envolveria de lírico numa hora de angustiantes preocupações. Acontece que vou fazer uma indagação e, com ela, uma retificação para as quais tenho de incursionar, pelo menos ligeiramente, pelos caminhos da arte.

Creio ser pacífico que as formas artísticas são diretamente condicionadas pelo meio social, refletindo, no tempo e no espaço, as mudanças que nele se operam. Portanto, os extremos a que chegamos em expressão artística nada mais são, num exame sumário, do que os demais estilos de outras manifestações por que enveredou o homem nos dias atuais, onde tudo é levado a radicalismos, de um arbitrio sem peias, sem fronteiras, sem limites, num ilogismo que a ninguém mais surpreende.

Evidentemente, para consolo de muitos, há o anteparo da ação dos que não se perturbaram com os radicalismos e que teimam no mais sublimado sentido em construir sem a preocupação de modas ou de imediatismos. Levam, contudo, pelo menos no instante que passa, muita desvantagem, marginalizados que estão de quaisquer estímulos ou oportunidades. Estão neste caso os pintores e os escultores clássicos brasileiros, em particular em face de certo comportamento do Departamento Cultural do Itamarati sobre o qual é necessária uma explicação.

É de supor-se que os nobres colegas estão cientes da assinatura de convênio entre o Itamarati e a Bienal de São Paulo, pelo qual o Ministério das Relações Exteriores dará à Fundação Bienal de São Paulo, para cada Bienal, cem milhões de cruzeiros, sendo metade para despesas gerais e metade para aquisição de obras de arte, além de um prêmio de dez mil dólares para atrair os nomes mais expressivos da arte moderna.

Entre outros considerandos, explica o convênio que "as Bienais de São Paulo representam para o artista brasileiro oportunidade extraordinária para a atualização de seus conhecimentos artísticos, dando-lhe ocasião de estudar periodicamente os trabalhos mais avançados dos melhores artistas estrangeiros das correntes estéticas em voga nos principais centros culturais do mundo".

Diz ainda que "essas Bienais de São Paulo constituem magnífico instrumento da política cultural brasileira, não somente pelo congrua-

mento de artistas latino-americanos no Brasil, como também pela oportunidade que dá aos mais eminentes artistas e críticos de arte estrangeiros de conhecer o movimento artístico brasileiro". Prossegue noutros considerandos para afirmar "a conveniência de assegurar importante mercado de aquisições ao artista nacional, como estímulo para a melhoria de seus índices artísticos".

Tudo isso está muito bem e nem se poderia discordar desta disposição do Itamarati em proteger os artistas brasileiros pelos meios de que dispõe numa de suas atribuições específicas.

Mas aí surge a primeira discordância e a primeira pergunta: por que essa atenção exclusivamente com uma das facções em que se dividem os artistas brasileiros e os do mundo inteiro? Por que esse comportamento unilateral, com isso como que deflagrando o tiro piedoso para matar de vez toda a imensa comunidade onde inegavelmente pontificam grandes valores das artes plásticas pertencentes à escola acadêmica?

O convênio do Itamarati com a Fundação Bienal de São Paulo talvez não me causasse maior espanto, pelo que contém de discriminatório, se não fosse a sistemática que venho observando em nosso Ministério.

O seu Departamento Cultural, todos podem constatar, tem proporcionado cobertura somente a artistas de vanguarda. Ainda recentemente enviou para os Estados Unidos, Sílvia Chaiério, do chamado grupo moderno. O moderno Bruno Giorgi, cujas esculturas abstracionistas conhecemos mesmo aqui em Brasília, está na Itália trabalhando por encomenda do Itamarati. A moderna Izabel Penn, de Barcelona, já esteve não sei quantas vezes na Europa às expensas do Itamarati. Sei que, no momento, sempre por conta do Itamarati, viaja a Genebra outro moderno. Lembro que o ex-Embaixador Gouthier, anteriormente, já havia abarrotado nossa Embaixada em Roma somente de obras dos chamados modernos, algumas ou a maioria assinadas por nomes estrangeiros passando por artistas brasileiros. As compras para presentear visitantes ilustres são apenas de pintores vanguardistas, enquanto que o pintor gaúcho Frederico Schefel, hoje verdadeira glória da pintura clássica brasileira, para poder expor na Embaixada de Roma teve de socorrer-se da intervenção direta e enérgica do nosso Embaixador Francisco Louzada. Para as decorações públicas são sistematicamente preferidos os vanguardistas.

Já nem quero relacionar outra observação para não sujeitar-me a uma suspeição indevida, qual seja a de coincidência de que os chamados artistas modernos enviados pelo Brasil à Europa ou aos Estados Unidos são via de regra aficionados do credo vermelho, para que não se diga que essa condição se soma às preferências da escolha.

A esta altura quero esclarecer que, pessoalmente, estou em relação à arte com o mesmo pensamento voltariano: "Não concordo com nada do que dizeis, mas defenderei até o último momento o direito de dizê-lo". Acontece que não é fato de mandarem modernos para representar na Europa e na América a pintura brasileira que me causa espécie, mas é o fato de enviarem apenas modernos, como se nada mais existisse no país, numa discriminação que está exigindo esclarecimentos.

Qual seria o espírito do Departamento Cultural do Itamarati? Considera ele válida somente a chamada arte moderna? Alguém está exigindo na Europa ou na América que o Brasil somente envie modernos para participar de mostras internacionais

com obras representativas da arte brasileira?

Começam assim novas indagações. Que conteúdo brasileiro possui o abstracionismo, o concretismo ou a "Pop-Art" agora sôfregamente seguidos em nossa terra?

Se criticamos nossos artistas do passado que, regressando de suas viagens, embora entregues a uma pintura anedótica de temas brasileiros, revelavam-se impregnados de atmosfera europeia, que não diremos de uma arte que, por sua própria filosofia e estímulo, não tem, nem remotamente, preocupação de caracterizar sua procedência nacional, até porque somente uma bola de cristal desvendaria o mistério que há numa composição de manchas ou de ferros retorcidos.

Então não é a preocupação de revelar uma arte identificadamente brasileira que se quer mostrar fora do país, porque não há clima, nem posição geográfica, nem povos, nem costumes, que possam ser identificados pelo fovismo, orfismo, dadalismo, cubismo, tachismo, surrealismo ou abstracionismo de qualquer classificação.

Também não quero, nem posso aceitar que o Itamarati, procedendo assim unilateralmente esteja a tomar uma atitude definitiva, uma posição radical em torno da arte do Brasil. Onde há homens de cultura tal posição seria inconcebível e outra terá de ser a explicação, uma vez que nada é mais arbitrário que a própria arte e, que o sentimento de beleza é algo que jamais poderá ser conduzido. A admitir assim como que uma afirmação oficial de que só é válida a arte vanguardista, então sim estaríamos diante do mais terrível terror cultural, porque daria aos que até aqui não se impressionaram com toda uma literatura presscionista que, aliás, tem o inconveniente de subordinar a arte à literatura, esvasiando-a de autonomia, obrigando-a, enfim, ao uso de muletas, daria repito aos que não se impressionaram com nada disso a impressão demolidora de que são arcaicos, passadistas, demodês, caturras, estreitos e rançosos. Ora, isso não poderia ser aceito sem protesto por parte, pelo menos, de algumas centenas de artistas plásticos em nosso país, de verdadeiro mérito, mas estigmatizados porque, seguem critérios plásticos que não os radicaliza de outras correntes.

Nada seria mais inútil que procurar a verdade em arte. Inútil seria a tentativa de querer conceitualizá-la, desde que olhos, sentimentos, alma, são diferentes em cada um. Por isso mesmo perfilho uma posição absolutamente livre de preconceitos. Ainda recentemente li duas excelentes obras sobre arte: "Arte e a Alma" e o mais elucidativo livro que, para mim, já se escreveu sobre a matéria que é o do brasileiro Carlos Cavalcanti, "Como entender a pintura moderna". Se não tivesse antes formado meu próprio conceito, essa leitura teria feito luz sobre as minhas eventuais preocupações.

Por isso mesmo, nada me move contra os pintores modernos ou de vanguarda. Citei alguns nomes tutelados pelo Itamarati apenas pela necessidade de algumas referências concretas em torno da questão que me trouxe à tribuna. O que me preocupa, isto sim, é a marginalização dos artistas que aqui distinguem apenas como acadêmicos à falta de outra designação, sempre no mais alto sentido, uma vez que até ao próprio adjectivo querem hoje emprestar diminiuição.

Relegados e rejeitados, já pelos poderes públicos, já pelos influenciados pela exclusiva promoção que se faz em torno dos modernos, continuam, porém, produzindo todo um acervo que honra qualquer país. Estão eles intimamente seguros de que o tempo

lhes fará justiça, mas não conformados por não terem agora um lugar ao sol das benesses oficiais, mercedores que são de amparo, de estímulo, de proteção. O que reclamamos, assim, é igualdade de oportunidades, que se lhes não fechem as portas que, mais que portas, parecem a tampa de um ataúde no sepultamento que se quer fazer de uma das expressões da arte no Brasil.

Se o Itamarati assina um convênio com a Fundação Bienal de São Paulo, dando cem milhões para em cada Bienal serem adquiridas obras expostas; se, com frequência, são enviados ao estrangeiro artistas de vanguarda; se aquisições se fazem para estimular esses artistas — o que entendo é que se dá igualdade de tratamento à outra facção. Se o Departamento Cultural do Itamarati tem homens capacitados na seleção de obras e de artistas de vanguarda, há de tê-los com igual capacidade para reconhecer sem preconceitos, as legítimas expressões entre as obras e os artistas acadêmicos, que merecem, com justiça, estímulo e promoção aqui dentro e lá fora.

Sr. Presidente, fui mais longe do que queria nesta digressão, mas deixei claro que não quis estabelecer nenhum confronto entre manifestações de arte, nem analisar uma e outra, o que seria enveredar para uma polémica sedida e inconsequente, para concluir, afinal, que todas são manifestações de um mesmo grande impulso criador, de uma mesma necessidade humana de expressão, embora sujeitas, umas e outras, inquestionavelmente, à participação bastarda de impostores e cabotinos.

O que me impulsiona, repito para concluir, é a preocupação de ver esclarecida a posição do Itamarati. Ninguém acatária o critério de se comparar e promover apenas a arte e os artistas de uma só facção pelo divisionismo que traria e, muito pior, porque se estaria oficialmente, no Brasil, num erro escandaloso, atetando contra a cultura artística, dando-se como extinta uma expressão multiseccular da arte. (Muito bem! Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES,

Arthur Virgílio,
Lobão da Silveira
Sebastião Archer,
Joaquim Parante,
José Cândido,
Sigefredo Pacheco,
Dinarte Mariz,
Argemiro de Figueiredo,
Raul Giuberti,
Gilberto Marinho,
Filinto Müller. (11).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa, Requerimento de informações que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 67, de 1966

Senhor Presidente:

Nos termos do Regimento Interno, venho requerer a Vossa Excelência sejam solicitadas do Ministério da Fazenda as seguintes informações:

1) Tem procedência as queixas formuladas por numerosos servidores civis federais de até agora não haverem recebido seus vencimentos correspondentes ao mês de dezembro do ano passado?

2) Na hipótese afirmativa quais os motivos determinantes do atraso e quais as providências adotadas para a regularização daqueles pagamentos?

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 1966. — Gilberto Marinho

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Requerimento lido vai à publicação e, em seguida, será despachado pela Presidência.

Esgotado o prelado destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 109, de 1965, pelo qual a Comissão de Constituição e Justiça solicita seja sustado o andamento do Projeto de Lei do Senado nº 54-64 — Dispõe sobre a concessão de pensão a dependentes servidores e empregados demitidos, sob as condições que estabelece — até a apreciação da Mensagem governamental que versa sobre a mesma matéria.

A Comissão de Constituição e Justiça propôs fosse sustado o curso do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1964, até a apreciação da Mensagem governamental referente ao mesmo assunto.

A Mensagem em apêço encaminhou ao Congresso o Projeto que tramitou nesta Casa com o nº 34, de 1965, e que se converteu na Lei nº 4.656, de 2 de junho de 1965.

Nestas condições, perdeu o objetivo a proposição a que se refere o requerimento, isto é, o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1964, bem como o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1964, que institui o Auxílio Familiar em caso de desemprego por motivo político. Essas duas proposições estão tramitando em conjunto.

Cabe, pois, à Mesa declará-las prejudicadas, o que faz nesta oportunidade. Serão ambas encaminhadas ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 10, de 1965, de autoria do Sr. Senador Adalberto Sena, que determina que pelo prazo de 4 anos, a partir da época de exames do ano vintouro, seja permitida inscrição em concurso de habilitação para matrícula nos cursos das faculdades de filosofia, ciências e letras, a professor do ensino de grau médio, registrado em órgão competente do Ministério da Educação e Cultura, tendo Pareceres, sob ns. 19 a 21, de 1966, das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável; — de Educação e Cultura, 1º pronunciamento: solicitando audiência do Ministério da Educação e Cultura; 2º pronunciamento: favorável, com emenda.

Em discussão o projeto com a emenda.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 10, DE 1965

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Pelo prazo de quatro anos, a partir da época de exames do ano vintouro, será permitida inscrição em concurso de habilitação para matrícula nos cursos das faculdades de filosofia, ciências e letras, a professor do ensino de grau médio registrado em órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. O Ministério da Educação e Cultura estabelecerá as condições para a inscrição facultada neste artigo, tendo em vista a correlação entre as matérias constantes do registro do professor e o conteúdo curricular de cada curso das referidas faculdades.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam a emenda, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto irá à Comissão de Regulação para redigir o vencido, a fim de que a matéria volte par ao segundo turno regimental.

E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1-CEC

Dê-se a seguinte redação ao começo do art. 1º:

Art. 1º Pelo prazo de cinco anos, será permitida inscrição ... etc. ...

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 3:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1965, de autoria do Sr. Senador Cutteta Pinheiro, que declara de utilidade pública o "Instituto Bom Pastor do Ananindeua", sediado em Ananindeua, Estado do Pará, tendo pareceres favoráveis (ns. 1.272 a 1.275, de 1965) das Comissões: de Constituição e Justiça; de Legislação Social; de Educação e Cultura e de Finanças.

Em discussão o projeto. Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Encerrada a discussão sem emendas e não havendo requerimento no sentido de que o projeto seja submetido a votos, será ele dado como definitivamente aprovado, sem votação, nos termos do art. 272-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 32, DE 1965

Declara de utilidade pública o "Instituto Bom Pastor, de Ananindeua", sediado em Ananindeua, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' declarado de utilidade pública o "Instituto Bom Pastor, de Ananindeua", sediado em Ananindeua, Estado do Pará.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Esgotou a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Júlio Leite.

O SR. JULIO LEITE:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores dois assuntos me trazem a tribuna, ambos relativos a requerimentos de informações de minha autoria. O primeiro

diz respeito aos pedidos endereçados, na sessão de 19 de agosto, ao BNDE, ao Banco do Nordeste e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Em decorrência do assunto versado naquelas proposições, e nos termos do que exige o nosso Regimento e a legislação em vigor, a matéria foi submetida à deliberação do plenário, passando a constituir, portanto, proposições da Casa e não mais de seu autor.

A resposta aos dois primeiros requerimentos — relativos ao BNDE e ao Banco do Nordeste — foram enviadas ao Senado em 11 de novembro e 3 de dezembro, respectivamente. Quanto ao último, apesar de haver a Mesa providenciado a reitteração do pedido em 4 de outubro, nenhuma informação chegou até esta data.

Quero crer, Senhor Presidente, que o pedido encaminhado na administração anterior da SUDENE, não tenha ainda chegado ao conhecimento do seu ilustre Superintendente, Doutor João Gonçalves de Souza. Sabendo das qualidades de inteligência e de integridade de Sua Senhoria, e conhecendo o alto apêço que aquele administrador vota ao Congresso Nacional, não tenho dúvida de que, ciente do que está ocorrendo, através da comunicação da Mesa, Sua Senhoria adotará imediatamente as providências que o assunto exige. Trata-se, Senhor Presidente, de matéria relevante cujo teor é de interesse público. Esta razão parece-me suficiente para merecer a imediata atenção do diligente homem público, que é o Doutor João Gonçalves de Souza.

O segundo assunto refere-se à interpelação feita ao Ministério da Educação a respeito dos critérios utilizados para a concessão de bolsas de estudos, apresentado em outubro último. A resposta, enviada pela administração anterior, limitou-se a transcrever tópicos das consignações orçamentárias destinadas a bolsas de estudos, através da Diretoria do Ensino Superior. Como a resposta não guardasse relação com as perguntas formuladas, solicitei à Mesa fosse reiterado o pedido, em 13 do corrente. Como o atual titular da Pasta, Ministro Pedro Aleixo, certamente advertido a respeito, acaba de enviar os esclarecimentos solicitados, que me chegaram às mãos no dia 14, solidito à Mesa que torne sem efeito o meu pedido de reitteração. Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Mesa examinará os pedidos formulados pelo nobre Senador Júlio Leite e adotará as necessárias providências.

Tem a palavra o Sr. Senador Vivaldo Lima, último orador inscrito.

O SR. VIVALDO LIMA:

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nogueira da Gama) — Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão designando para amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 17 de fevereiro de 1966

(QUINTA-FEIRA)

1

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 63, de 1966, pelo qual o Sr. Senador Júlio Leite solicita informações a serem prestadas pelo Banco Nacional de Habitação (requerimento incluído em Ordem do Dia à vista do disposto no § 4º do art. 45 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.)

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 275, de 1965, (nº 2.620-B-65, na Casa de origem) que modifica a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, tendo pareceres favoráveis sob ns. 43 e 44 de 1965, das Comissões de Economia e de Finanças.

3

Discussão, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 189-A-64, na Casa de origem) que aprova decisão do Tribunal de Contas, denegatório de registro a termo de rescisão, de 19 de novembro de 1958, de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa Byington & Cia., em data de 30 de dezembro de 1950, para fornecimento de 16 conjuntos amplificadores para rádio-frequência, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 63 e 64, de 1966, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 221-A-65 na Casa de origem) que revoga decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro de contrato celebrado, em 1º de agosto de 1965, entre a Delegacia Seccional do Imposto de Renda, em Barão do Pirajé e Angelina da Glória Nogueira Carvalho, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 61 e 62 de 1965, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 234-A-65 na Casa de origem) que mantém o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Geraldo Amaro da Silva e sua mulher, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 59 e 60 de 1966, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 240-B-65 na Casa de origem) que aprova o Acordo Sanitário entre os Governos dos Estados

Unidos do Brasil e o Governo da República do Peru, firmado em Lima, em 16 de julho de 1965, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 57 e 58 de 1966, das Comissões de Relações Exteriores e de Saúde.

7

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1965, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que institui o dia da Comunidade Luso-Brasileira, que será comemorado no dia 22 de abril, em todo o território nacional, tendo pareceres sob ns. 1.464, 1.465 e 1.466, de 1965, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Educação e Cultura, favorável, com a emenda nº 1-CEC, que oferece; de Finanças, favorável, com a emenda nº 2-CF, que oferece.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos).

TRECHO DA ATA DA 2ª SESSÃO, REALIZADA EM 3 DE FEVEREIRO DE 1966, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO "DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (SEÇÃO II) DE 4 DE FEVEREIRO DE 1966, A PÁGINA Nº 27, 3ª COLUNA.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, de 1966

(Nº 504-C-63, NA ORIGEM)

Dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a ajustes bilaterais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimento, e as vinculadas a contratos, acordos ou convênios, quando entregues ou à disposição dos respectivos setores administrativos, nos últimos 2 (dois) meses do exercício financeiro, serão pagas ou aplicadas, inclusive na parte referente ao custeio de mão-de-obra, até 30 (trinta) de junho do exercício seguinte.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere este artigo deverão ser depositados, em conta especial, no Banco do Brasil S. A., ou, à sua falta, na Caixa Econômica Federal, ou estabelecimentos bancários oficiais, em nome do órgão a que forem consignados, ou do executor do ajuste, se houver.

Art. 2º A utilização dos créditos de que trata a presente Lei será feita de acordo com o plano de aplicação submetido à aprovação do respectivo Ministro de Estado.

Art. 3º Os executores de acordos, ou executores diretos dos planos de aplicação aprovados, poderão delegar suas atribuições a servidores federais, estaduais e municipais, efetivos e idôneos, excetuada a movimentação das contas vinculadas a que se refere o parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, de 1966

(Nº 3.372-B-65, NA ORIGEM)

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para 4 (quatro) empilhadeiras importadas conforme licença número DG-62/2028-2535, da Carteira de Comércio Exterior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, dispensada a cobertura cambial, para 4 (quatro) empilhadeiras importadas pela Lampoil & Höt Navegação S. A., conforme licença nº DG-62/2028-2535, da Carteira de Comércio Exterior.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, de 1966

(Nº 3.382-B-65, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 11.000.000.000 (onze bilhões de cruzeiros), para atender às despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000 (onze bilhões de cruzeiros), para atender às despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes criado pelo Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, e modificado pelo Decreto número 57.276, de 17 de novembro de 1965, com vigência em 2 (dois) anos.

Art. 2º Os encargos decorrentes da aplicação desta Lei serão atendidos pela venda de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, de 1966

(Nº 3.375-B-65, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado a aquisição de um imóvel para a instalação da Central Telex, do Centro de Triagem Postal e de uma agência em Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento dos Correios e Telégrafos, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado a aquisição de um imóvel para a instalação da Central Telex, do Centro de Triagem Postal e de uma agência na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

DIRETORIA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATA DA 1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 1965

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

As quinze horas do dia nove de dezembro de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Menezes Pimentel, presentes os Srs. Senadores Mem de Sá, Sigefredo Pacheco e Edmundo Levy, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Arnon de Mello, Padre Calazans e Walfredo Gurgel.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida aprovada.

ATAS DAS COMISSÕES

Dos projetos constantes da pauta são relatados os seguintes:

Pelo Senador Mem de Sá:

— favorável, apresentando Substitutivo, ao Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 1964 — «Dispõe sobre concursos de prognósticos esportivos e dá outras providências».

— favorável, apresentando uma emenda, ao Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1965 — «Pelo prazo de quatro anos, a partir da época de exames do ano vindouro, será permitida inscrição em curso de habilitação para matrícula nos cursos das faculdades de filosofia, ciências e letras, a professor do ensino de grau médio registrado em órgão competente do Ministério da Educação e Cultura».

— contrário, ao Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1965 — «Institui o curso artístico no ensino técnico de grau médio e dá outras providências, modifican-

do a Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional».

— contrário, ao Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1965 — «Dispõe sobre o ensino de Puericultura, como disciplina dos Cursos das Escolas Normais».

Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1965 — «Dispõe sobre o hasteamento das Bandeiras dos Estados pelo Congresso Nacional», deliberou a Comissão, por proposta do Relator, ser ouvida, preliminarmente, a Comissão Diretora.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados.

Pelo Senador Sigefredo Pacheco:

— favorável, ao Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1965 — «Prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado do art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos».

Submetido o parecer à discussão e votação é aprovado, sem restrições.

A seguir, o Sr. Presidente convida o Sr. Senador Sigefredo Pacheco a assumir a Presidência com o objetivo de relatar o Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1964 — «Altera o decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, que dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências».

Submetido o parecer favorável à discussão e votação é aprovado, sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Aracy O' Reilly de Souza, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 1965

Convocação Extraordinária

As dez horas do dia dez de dezembro de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a presidência

do Sr. Senador Menezes Pimentel, presidente, presentes os Srs. Senadores Josaphat Marinho, Edmundo Levi e Silveira Pacheco, reúne-se, a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Arnon de Mello, Mem de Sá, Padre Calazans e Walfredo Gurgel.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida aprovada.

Quando início aos trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Josaphat Marinho que lê parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 1965 — «Dispõe sobre a proteção aos artistas-intérpretes e executantes, aos produtores de fonogramas e aos organismos de radiodifusão e dá outras providências».

Submetido o parecer à discussão e votação é aprovado, sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Aracy O'Reilly de Souza, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

2ª REUNIÃO, CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 1966.

As 16 horas do dia 15 de fevereiro de 1966, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Wilson Gonçalves, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar, Ruy Carneiro, Edmundo Levi, Argemiro Figueiredo e Eurico Rezende, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Balbino, Bezerra Neto, Arthur Virgílio, Afonso Arinos, Heribaldo Vieira e Josaphat Marinho.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Dos projetos constantes da pauta são relatados os seguintes:

Pelo Senador Argemiro Figueiredo

— Pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 51-65 — Isenta da contribuição de melhoria as obras resultantes da aplicação do Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30.11.64).

— Pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 63-65 — Dispõe sobre a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural na comarca onde não funcione o Conselho Arbitral.

— Pela audiência do Ministério do Trabalho sobre o Projeto de Lei do Senado nº 71-65 — Dispõe sobre a profissão de agente de segurança industrial.

— Por diligência junto ao Presidente do Supremo Tribunal Federal sobre o Ofício S-11-65 do Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando esclarecimentos sobre a Resolução nº 11-65.

— Pela aprovação do requerimento nº 3-66 do Sr. Senador Ermirio de Moraes solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre operações tipo «SWAPS», autorização pelo Banco Central da República.

Submetidos os pareceres à discussão e votação são aprovados, sendo vencidos os Senadores Edmundo Levi quanto ao Projeto de Lei do Senado nº 21-65 e o Senador Eurico Rezende quanto ao Ofício S-11-65.

Pelo Senador Ruy Carneiro

— Pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 44-65 — Aplica-se o disposto no art. 1º da Lei 264, de 25.2.48, aos funcionários da Justiça do Trabalho; do Projeto de Lei do Senado nº 87-64 — Destinação social do Espaço aéreo urbano.

— Pela juridicidade e constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo

nº 56-65 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório do registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora e Pinhos Terras Ltda., como outorgada compradora; do Projeto de Decreto Legislativo nº 57-65 — Mantém decisão do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Estado Maior do Exército e o Sr. Nelson Pimenta, para desempenho da função de Cartógrafo.

— Pela constitucionalidade, na forma do substitutivo da Comissão de Legislação Social, do Projeto de Lei da Câmara nº 231-65 — Aplica às telefonistas o disposto no art. 227 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Submetidos os pareceres à discussão e votação são aprovados, sendo vencido o Senador Eurico Rezende quanto ao Projeto de Lei do Senado nº 87-64 e votando com restrições o Senador Jefferson de Aguiar o Projeto de Lei da Câmara nº 231-65.

Pelo Senador Jefferson de Aguiar

— Pela juridicidade e constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 1-66 — Dispõe sobre o financiamento a agricultores e criadores não cadastrados pelo IBRA e dá outras providências.

— Pela aprovação do Requerimento nº 30-66 — Do Senador Ermirio de Moraes solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre pagamentos feitos a título de ROYALTIES; do Requerimento nº 31-66 — do Senador Vasconcelos Torres solicitando informações sobre avais fornecidos às firmas brasileiras para contraírem empréstimos no Exterior nos anos de 1964 e 1965; do Requerimento nº 32-66 — do Senador Vasconcelos Torres solicitando ao Banco do Brasil informações sobre financiamentos efetuados pela Carteira de Cré-

dito Agrícola e Industrial, no Estado do Rio de Janeiro e do Projeto de Decreto Legislativo nº 8-65 — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatória ao registro de concessão de reforma a Expedito Flor, calculado no Posto de TTe. Cel., superior ao devido, sendo neste projeto relator do vencido.

— Pelo arquivamento do Ofício 896 P de 1964 do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

— Parecer com Projeto de Resolução retificando o anterior do Ofício 323-G de 1958 do Presidente do Supremo Tribunal Federal (PR 52-65).

— Pela aprovação, com Projeto de Resolução, do Ofício nº 403-P(3) do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Submetidos os pareceres à discussão e votação são aprovados, vencido o Senador Eurico Rezende quanto ao Ofício nº 323-P-58 do Supremo Tribunal Federal.

O Senhor Presidente comunica que o Senador Afonso Arinos, ausente por motivo de força maior, deixara dois pareceres prontos e assinados e pede autorização para apresentá-los à Comissão. Aprovada esta, passa a ler os citados pareceres, a saber:

— Apresentando Projeto de Resolução retificando o anterior de nº 58-65 (Ofício 620-59) do Presidente do Supremo Tribunal Federal e favorável, apresentando Projeto de Resolução, sobre o Ofício nº 166-P(3)-58 do Supremo Tribunal Federal.

Submetidos os pareceres à discussão e votação são aprovados, votando o Senador Eurico Rezende com restrições quanto ao Projeto de Resolução nº 58 de 1965.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade
Vice-Presidente — Nogueira da Gama
1º Secretário — Dinarte Mariz
2º Secretário — Gilberto Marinho
3º Secretário — Adalberto Sena
4º Secretário — Cattete Pinheiro
1º Suplente — Joaquim Parente
2º Suplente — Guido Mondin
3º Suplente — Vasconcellos Torres
4º Suplente — Raul Giuberti

AGRICULTURA

Presidente: Senador José Ermirio
Vice-Presidente: Senador Eugênio Barros

TITULARES

Eugenio Barros
Jose Feliciano
Jose Ermirio
Nelson Maculan
Lopes da Costa
Antonio Carlos
Dylton Costa

SUPLENTE

1. Jose Leite
2. Attilio Fontana
3. Dix-Huit Rosado
4.
5. Daniel Krieger
6. João Agripino
7. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Senador Afonso Arinos
Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves.

TITULARES

Jefferson de Aguiar
Antonio Baibino
Wilson Gonçalves
Ruy Carneiro
Edmundo Levi
Bezerra Neto
Arthur Virgílio
Afonso Arinos
Heribaldo Vieira

Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. Jose Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedito Valladares
5. Argemiro Figueiredo
6. Melo Braga
7. Oscar Passos
8. Daniel Krieger
9. Eurico Rezende
10. João Agripino
11. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Senador Aurélio Vianna
Vice-Presidente: Senador Pedro Ludovico.

TITULARES

Pedro Ludovico
Walfredo Gurgel
Arthur Virgílio
Melo Braga
Eurico Rezende
Heribaldo Vieira
Aurélio Vianna

COMISSÕES PERMANENTES

SUPLENTE

1. Jose Feliciano
2. Benedito Valladares
3. Bezerra Neto
4.
5. Zacarias de Assunção
6. Lopes da Costa
7. Lino de Mattos
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Senador Attilio Fontana
Vice-Presidente: Senador José Ermirio.

TITULARES

Attilio Fontana
Jose Feliciano
Jose Leite
Jose Ermirio
Nelson Maculan
Adolpho Franco
Lopes da Costa
Irineu Bornhausen
Miguel Couto

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Bezerra Neto
5. Melo Braga
6. Zacarias de Assunção
7. Jose Cândido
8. Mem de Sa
9. Aurélio Vianna
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
Reuniões: Quartas-feiras, às 16:30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Senador Menezes Pimentel
Vice-Presidente: Senador Padre Calazans.

TITULARES

Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel
Arthur Virgílio
Padre Calazans
Mem de Sa
Arnon de Mello

SUPLENTE

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco
3. Edmundo Levi
4. Melo Braga
5. Afonso Arinos
6.
7. Josaphat Marinho
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
Reuniões: Quintas-feiras, às 15:30 horas.

FINANÇAS

Presidente: Senador Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Walfredo Gurgel
Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz

Irineu Bornhausen
Eurico Rezende
Mem de Sa
Aurélio Vianna
Lino de Mattos

SUPLENTE

1. Attilio Fontana
2. Jose Guimard
4. Nelson Maculan
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico
6. Jose Ermirio
7. Edmundo Levi
8. Melo Braga
9. Oscar Passos
10. Joao Agripino
11. Adolpho Franco
12. Daniel Krieger
13.
14. Josaphat Marinho
15. Miguel Couto
Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Senador José Feliciano
Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

TITULARES

Jose Feliciano
Attilio Fontana
Nelson Maculan
Barros Carvalho
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Dilton Costa

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer
3. Vivaldo Lima
4. Oscar Passos
5. Lopes da Costa
6. Eurico Rezende
7. Aarão Steinbruch
Secretária: Maria Helena Bueno Brandão
Reuniões: Quintas-feiras, às 16:30 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Vivaldo Lima
Vice-Presidente: Senador Walfredo Gurgel

TITULARES

Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel
Attilio Fontana
Eugenio Barros
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Eurico Rezende
Heribaldo Vieira
Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Jose Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. Jose Leite
4. Lobão da Silveira
5.
6. Pessoa de Queiroz
7. Lopes da Costa
8. Zacarias de Assunção
9. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Jose Ermirio.

TITULARES

Benedito Valladares
Jefferson de Aguiar
Jose Ermirio
Argemiro Figueiredo
João Agripino

Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller
3.
5. José Cândido
6. Afonso Arinos
7. Arnon de Mello
Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
Reuniões: Quartas-feiras, às 14:30 horas.

POLÍGONO DAS SECAS

Presidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Aurélio Vianna

TITULARES

Ruy Carneiro
Sebastião Archer
Argemiro Figueiredo
Dix-Huit Rosado
João Agripino
Heribaldo Vieira
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. Jose Leite
3. Jose Ermirio
4.
5. Lopes da Costa
6. Antônio Carlos
7. Dilton Costa
Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino
Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

TITULARES

Wilson Gonçalves
Jose Guimard
Jefferson de Aguiar
Jose Ermirio
Bezerra Neto
João Agripino
Antonio Carlos
Lino de Matos
Mem de Sa

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Jose Feliciano
3. Ruy Carneiro
4. Melo Braga
5. Edmundo Levi
6. Daniel Krieger
7. Adolfo Franco
8. Aurélio Vianna
9.
Secretário: Jose Soares
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz.

TITULARES

Walfredo Gurgel
Sebastião Archer
Dix-Huit Rosado
Antonio Carlos
Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Jose Feliciano
3. Edmundo Levi
4. Eurico Rezende
5. Dilton Costa
Secretária: Sarah Abrahão
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz.

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimentel
José Guimard
Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Oscar Passos
Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira
Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves.
4. José Leite
5. Nelson Maculan
6.
7. Mello Braga
8. Padre Calazans
9. João Agripino
10. Mem de Sá
11. Arnon de Mello
Secretário: J. B. Castejon Branco
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: José Cândido.

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico
Dix-Huit Rosado
José Cândido
Miguel Couto

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros
3.
4. Lopes da Costa
5. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção
Vice-Presidente: Oscar Passos.

TITULARES

José Guimard
Victorino Freire
Oscar Passos
Silvestre Péricles

Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen
Aarão Steinbruch
SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana
3. Dix-Huit Rosado
4. José Ermirio
5. Adolpho Franco
6. Eurico Rezende
7. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans
Vice-Presidente: Victorino Freire.

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Victorino Freire
Mello Braga
Silvestre Péricles
Padre Calazans
Aloysio de Carvalho
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. José Leite
2. Filinto Müller
3.
4. Dix-Huit Rosado

5. Antônio Carlos
6. Mem de Sá
7. Miguel Couto
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-Feiras, às 14 horas.

**TRANSPORTES
COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

Presidente: Lopes da Costa
Vice-Presidente: Mello Braga.

TITULARES

Eugênio Barros
José Leite
Mello Braga
Lopes da Costa
Arnon de Mello

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guimard
3. Bezerra Neto
4. Irineu Bornhausen
5. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.